

BOOK REVIEWS

Shapers of urban form. Explorations in urban morphological agency, de *Peter J. Larkham e Michael P. Conzen*, Routledge, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 2014, 336 pp. ISBN 978-0-415-73889-7.

Shapers of urban form é um livro dedicado a Jeremy Whitehand: ‘académico imaginativo, professor paciente e promotor incansável do estudo internacional em morfologia urbana e da sua relevância para a conformação do(s) futuro(s) urbano(s), ao longo de mais de meio século’ (tradução livre da dedicatória de Peter Larkham e Michael Conzen).

O livro, apresentado publicamente – e pela primeira vez ao homenageado – na conferência anual do *International Seminar on Urban Form* realizada em Julho deste ano no Porto, é editado por Larkham e Conzen, reunindo o contributo de duas dezenas de académicos, de diferentes contextos geográficos, cujo percurso profissional foi, de algum modo, influenciado por Whitehand.

Shapers of urban form explora uma linha de investigação em morfologia urbana – o estudo sistemático dos agentes, individuais e coletivos, e dos processos responsáveis pela transformação da paisagem urbana. O livro estrutura-se em quatro partes, com uma ordem cronológica, focando-se sucessivamente em assentamentos pré-modernos, modernos (fase inicial), da era industrial, tardo-modernos e pós-modernos. Após estas quatro partes, um último capítulo procura teorizar o processo pelo qual as intenções dos agentes são traduzidas em ações sobre as formas urbanas.

A primeira parte do livro centra-se nos assentamentos pré-modernos e em três dos seus agentes institucionais fundamentais – os monarcas, a Igreja e as comunas locais. Cada um dos três artigos que compõem esta parte do livro aborda um destes agentes. Keith Lilley analisa a ação de Edward I no contexto de um conjunto hierarquizado de responsabilidades no

planeamento de um conjunto de assentamentos no norte do País de Gales. Partindo de um conjunto de casos de estudo na Grã-Bretanha e na Europa continental, Terry Slater estuda o impacto da Igreja nas formas urbanas, evidenciando semelhanças relativamente a um tipo de promoção por parte dos líderes seculares mas também sublinhando diferenças que determinam a especificidade dos assentamentos promovidos pela Igreja. Annegret Simms avalia a ação das comunas e governos locais, na sua tensão constante com outros agentes – como a Monarquia e a Igreja – identificando o seu papel decisivo na emergência de uma atividade de planeamento urbano, criando sistemas de ruas ortogonais e promovendo a construção de equipamentos públicos (mercados, assembleias municipais, tribunais, escolas e universidades, hospitais, entre outros).

As cidades na época moderna (numa fase inicial da época moderna) e o modo como as inovações tecnológicas e burocráticas suportaram a emergência de um conjunto de estados absolutistas são os objetos da segunda parte do livro. Enquanto Katharine Arntz e Michäel Darin fornecem uma análise do poder imperial em território europeu – mais especificamente na Prússia e em França – Michael Conzen descreve a ação da Rússia colonial na América do Norte. A partir do caso de estudo de Potsdam, Arntz descreve a emergência de um novo tipo de ‘paisagem urbana autoritária’, onde o espaço urbano é definido pela centralidade dos grandes palácios e parques adjacentes, pelas ruas de traçado regular e pelo edificado conformado por rígidas regras. Ao contrário de Potsdam, construída num contexto rural, a Paris de Napoleão III e de Haussmann foi construída sobre um tecido urbano medieval. O modo como todo o sistema de ruas de uma cidade é reformulado – com as inerentes questões de propriedade – é o tema do capítulo de Darin. Para além do enfoque em Haussmann, Darin analisa a

influência do Barão nos planeadores que lhe sucederam até ao século XX, bem como nos seus biógrafos e críticos que, por sua vez, tiveram também influência nas subsequentes transformações urbanísticas da capital francesa. Por fim, Conzen analisa a ação colonial Russa no continente americano até ao seu declínio e à transferência para a jurisdição americana em 1867. Um enfoque na cidade de Novo-Arkhangel'sk (Sitka) ilustra as profundas transformações das formas urbanas – e dos materiais utilizados na construção dos edifícios – que acompanharam as significativas mudanças políticas e administrativas.

Arthur Krim, Marek Koter e Mariusz Kulesza, Michael Pacione e Richard Harris assinam os capítulos que constituem a terceira parte de *Shapers of urban form*, centrada nos assentamentos da era-industrial, marcados pelo crescimento metropolitano, pela construção de grandes fábricas e pelo desenvolvimento do caminho-de-ferro. Krim explora o modo como as novas linhas de caminho-de-ferro a vapor eram implantadas em cidades já existentes. Uma análise de duas cidades britânicas e duas cidades americanas mostra as maiores dificuldades de implantação na Grã-Bretanha, onde as dimensões do sistema de ruas levaram a uma clara separação de diferentes tipos de tráfego. Koter e Kulesza exploram o conjunto de agentes envolvidos na fundação e desenvolvimento das cidades polacas de Łódź e Zyrardów. Os autores evidenciam as diferenças no desenvolvimento das duas cidades a partir de uma decisão inicial – construir, ou não, em simultâneo com a unidade fabril um tecido residencial de suporte. Uma das reações mais significativas ao ambiente industrializado das cidades do século XIX foi a teoria da cidade-jardim, que irá suportar a emergência de todo um conjunto de novas formas urbanas com uma notável permanência temporal. Pacione explora a ação, ora conjunta ora de confrontação, de proprietários, construtores e residentes na primeira cidade, ou subúrbio, jardim construída na Escócia – Pollockshields, perto de Glasgow. Por fim, Harris explora o tema da auto-construção nos Estados Unidos da América centrando-se num caso específico, Peoria, no Illinois, na primeira metade do século XX. O capítulo mostra como este tipo de processo leva a formas urbanas diferentes da construção de promoção privada, mesmo quando esta é assente numa política de baixos custos.

O papel e a ação dos agentes nos assentamentos tardo-modernos e pós-modernos é o tema da quarta parte deste livro. Uma diferença fundamental deste período temporal relativamente aos períodos anteriores é a importância crescente do arquiteto enquanto agente – um processo que tem como momento

chave a emergência e consolidação do Movimento Moderno. Itália foi, sem dúvida, um dos países onde a discussão ideológica em torno do Movimento Moderno e do(s) conceito(s) de tipo edificado foi mais intensa. Nicola Marzot analisa este debate procurando ainda perceber as dinâmicas concetuais que motivam os arquitetos, enquanto agentes, a sobrepor a inovação à tradição, o individual ao coletivo. Peter Larkham avalia um conjunto de duzentos planos de reconstrução preparados num momento singular do planeamento Britânico, após a Segunda Guerra Mundial. Mais de metade dos planos foram preparados, não por consultores, mas por técnicos das autoridades locais. Este conjunto de planos inaugurou uma tendência com uma forte componente técnica, apoiada em métodos científicos suportados em pesquisas e análises sistemáticas, informada por um processo de participação pública. O programa de criação de novas cidades (*new towns*), como forma de desdensificar e descongestionar um conjunto de cidades existentes, é analisado por John Gold. Gold examina as tensões entre autoridades locais e centrais, políticos, consultores, promotores e residentes na *new town* de Cumbernauld, no sudeste da Escócia. Kai Gu analisa o processo de transformação de zonas de docas e infraestruturas portuárias em zonas residenciais e de lazer em duas cidades da Nova Zelândia, Auckland e Wellington. Por fim, Tim Hall e Phil Hubbard analisam as recentes transformações urbanas de Birmingham evidenciando a promoção de uma forte 'imagem urbana' como motor de vitalidade económica, a transformação de uma paisagem de produção numa paisagem de consumo e, ainda, uma rede de agentes em permanente transformação unida pelo interesse comum de facilitação do fluxo de capital financeiro para esta cidade Britânica.

A última parte, e o último capítulo, do livro – da autoria de Karl Kropf – apresenta um modelo teórico sobre o modo como os agentes intervêm na forma urbana, distinguindo diferentes tipos de agentes e inter-relações recíprocas. O modelo é ilustrado com o caso de Leighton Buzzard, no Reino Unido.

Jeremy Whitehand e o grupo que fundou em 1974, o *Urban Morphology Research Group* (UMRG), terão sido, porventura, ao longo destas quatro décadas, os principais promotores da linha de investigação sintetizada neste livro: o estudo dos agentes e dos processos responsáveis pela transformação da paisagem urbana. Em 1997 Whitehand editou o primeiro número da revista *Urban Morphology*. Em menos de duas décadas a revista transformou-se na principal referência internacional para todos aqueles que investigam e que querem partilhar a sua investigação em morfologia urbana. Para além dos elevadíssimos

padrões de qualidade, a revista tem um caráter verdadeiramente internacional, expresso pela percentagem de autores cuja língua nativa não é o Inglês. Os autores que já publicaram na *Urban Morphology* retêm certamente um empenho no trabalho de edição absolutamente singular no panorama internacional das revistas científicas. Desde as primeiras reuniões informais em Lausanne, Whitehand está no centro do *International Seminar on Urban Form* contribuindo para a consolidação desta e de outras linhas de investigação no campo da morfologia urbana. Desde o início, o contributo direto de Whitehand para a 'Rede Lusófona de Morfologia Urbana' e para a 'Revista de Morfologia Urbana' é inestimável. Por tudo isto, *Shapers of urban form* é um livro dedicado a Jeremy Whitehand.

Vítor Oliveira, *CITTA – Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Rua Roberto Frias 4200-465, Porto, Portugal. Email: vitorm@fe.up.pt*

Desenho urbano contemporâneo no Brasil, de Vicente del Rio e William Siembieda, GEN / LTC, Rio de Janeiro, Brasil, 2013, 285 pp. ISBN- 978-85-216-2255-0.

Os autores apresentam *Desenho Urbano contemporâneo no Brasil* e comentam que 'enquanto se transforma em um Estado moderno, o Brasil enfrenta sérios e persistentes problemas'. Esclarecem, contudo que os seus líderes também percebem que a 'cidade é uma grande arena para promover o desenvolvimento equilibrado, a justiça social e cidadania plena'. A partir desta constatação identificam a coexistência de duas ideologias urbanas – a modernista e a pós-modernista atuando na prática do planeamento urbano, sob a forma de um aparato legal que rege as políticas de um governo centralizador e paternalista. Esta fala é corroborada pela observação do papel desempenhado pelos espaços urbanos na construção da vida cotidiana, que proporciona os meios para a compreensão da ação social (Dear, 2000).

As duas ideologias diferentes são utilizadas para estruturar o livro cuja introdução é elaborada por Vicente del Rio por meio de uma abordagem histórica denominada 'O contexto do desenho urbano no Brasil' e tem como ponto de partida, o urbanismo no Brasil da década de 1930.

Os autores escolhem um modo interessante para apresentar o urbanismo brasileiro optando pela subdivisão dos temas em três seções que se enquadram nas duas ideologias citadas, a modernista ou pós-modernista.

A primeira seção denominada 'Modernismo tardio, esforços para controlar a forma e a função urbanas' reúne quatro artigos que analisam as políticas urbanas empreendidas pelo poder público para controlar a expansão urbana sob a forma de um modelo idealizado racional e de boa qualidade.

O primeiro deles, denominado 'Brasília, permanência e metamorfoses' de autoria de Maria Elaine Kohlsdorf, Günter Kohlsdorf e Frederico de Holanda, analisa o plano piloto projetado para Brasília por Lúcio Costa em 1960 e o avalia frente às alterações ocorridas na forma urbana dos planos complementares do distrito federal. Como exemplos são mencionados os mosaicos compostos por tecidos urbanos que surgiram desde a criação de Brasília e que não foram contemplados no plano piloto, originando as cidades satélites do distrito federal.

O artigo seguinte, 'Palmas: desenho urbano da capital do Tocantins' elaborado por Dirceu Trindade, apresenta os planos para a cidade de Palmas, a capital do estado de Tocantins. O artigo de Trindade apresenta as estratégias exitosas para a ocupação das regiões do interior do Brasil, por meio da criação de uma capital, semelhante à que foi empreendida em Brasília na década de 1960. Embora ainda em curso, essas estratégias já haviam sido implementadas no país desde os tempos coloniais, quando o governo português criou novos polos urbanos no interior do Brasil (Delson, 1997).

Os dois últimos trabalhos da seção sobre o Modernismo tardio discutem outras formas de intervenção pública tanto no uso do solo como na promoção de incentivos públicos para promover o desenvolvimento econômico. O primeiro trabalho, intitulado 'A paisagem verticalizada de São Paulo: a influência do Modernismo no desenho urbano contemporâneo', por Silvio Macedo, traz novos paradigmas sobre o uso da terra, aplicados pela primeira vez na capital paulistana, nos anos de 1970. Esses paradigmas foram posteriormente implantados sob a forma de leis de uso e ocupação do solo em quase todas as metrópoles brasileiras. A materialização desses parâmetros nas paisagens urbanas brasileiras expõe o que Aldo Rossi (1966) denomina o processo de transformação, levado a cabo por forças econômicas no planeamento urbano, por meio da especulação do solo, o consequente acréscimo financeiro para poucos e a perda de qualidade urbana para toda a população. O

mesmo processo é observado por Gilda Bruna e Heliana Vargas no texto ‘*Shopping centers e o desenho urbano no Brasil: dois estudos de caso em São Paulo*’, que demonstram como a construção de *shopping centers* em áreas pericentrais contribui para a promoção de novos polos comerciais o que, por sua vez, incrementa o valor da terra no entorno dessas localizações. Este processo implementado pela primeira vez em São Paulo tem sido replicado com o mesmo modelo em várias metrópoles brasileiras.

A segunda seção do livro, intitulada ‘Revitalização: o desafio de melhorar a cidade existente’, apresenta relatos sobre projetos de revitalização desenvolvidos no passado brasileiro recente. O primeiro artigo, ‘O projeto corredor cultural: preservação e revitalização no centro do Rio de Janeiro’, por Vicente del Rio e Denise de Alcântara, versa sobre a relação harmoniosa do processo de planejamento e projeto para a revitalização social, cultural e econômica de um popular centro de varejo no Rio, em sintonia com as necessidades da comunidade local. Por outro lado, o caso de Salvador, Bahia, descrito em ‘Revisitando o Pelourinho: preservação, cidade-mercadoria, direito à cidade’, por Ana Fernandes e Marco Aurélio F. Gomes, revela a experiência de um projeto de desenvolvimento liderado pelo poder público visando a melhoria do centro histórico baiano para fins turísticos e o consequente processo de gentrificação, decorrente dessa revitalização. O texto seguinte, ‘Revitalização da orla fluvial na Amazônia, o caso de Belém do Pará’, apresentado por Simone Seabra e Alice Rosas, traz reflexões sobre o uso das frentes ribeirinhas para áreas de lazer e entretenimento dos cidadãos, nesta cidade do norte do Brasil. O último artigo desta seção é de autoria de Lineu Castello, ‘Redesenhando *brownfields* em Porto Alegre’, que descreve exemplos de empreendimentos efetuados pela iniciativa privada para a remodelação de uma antiga sede da fábrica para transformá-la em um *shopping center*.

A terceira e última seção do livro é sobre ‘A inclusão social - uma cidade melhor para todos’ e concentra-se nos projetos desenvolvidos para promover a inclusão social de comunidades. ‘Desenho urbano, planejamento e políticas de desenvolvimento em Curitiba’, por Clara Irazábal, analisa a experiência de planejamento de Curitiba, mundialmente reconhecida. A política urbana de Curitiba, apesar de seus sucessos, recebe crítica pela reduzida participação popular, como também pelo contraste entre o bem-estar desta capital e as cidades mais pobres da sua região metropolitana. O artigo seguinte, ‘Resgatando a imagem da cidade e o prazer das ruas: projetos Rio Cidade, Rio de Janeiro’, de Vicente del Rio, investiga os

projetos desenvolvidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro visando a melhoria dos espaços públicos da cidade. O êxito do Projeto Rio Cidade influenciou diversas cidades brasileiras que passaram a desenvolver projetos semelhantes, entre elas São Paulo, como se pode perceber no terceiro artigo denominado ‘O território metropolitano em mutação: intervenções urbanas contemporâneas em São Paulo’, por Carlos Leite. Este trabalho apresenta projetos de planejamento de intervenções contemporâneas caracterizadas por políticas para reabilitar áreas centrais e cidades metropolitanas. O último artigo da terceira seção intitula-se ‘Transformando favelas em bairros: o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro’ escrito por Cristiane Duarte e Fernanda Magalhães, descreve os projetos que buscam estabelecer a inclusão social, por meio de urbanização de favelas. Este programa visa promover o reconhecimento das mesmas como integrante da estrutura urbana da cidade moderna. Como informa o texto, a inclusão de assentamentos ilegais na cidade formal tem sido responsável pela melhor qualidade de vida dos cidadãos nos locais onde essas foram implementadas, porém o gerenciamento sobre o controle da expansão e crescimento dessas áreas até 2013 não tem sido tão eficaz. Este último artigo conclui a apresentação das três seções.

A conclusão do livro é de William Siembieda que expõe a intenção dos autores - apresentar o urbanismo brasileiro que acontece além da criação da capital do país. A análise cuidadosa dessa situação, elaborada por numerosos autores com reconhecida atuação no urbanismo brasileiro, por meio de reflexões positivas e críticas do que acontece no Brasil em 2013, apresenta o urbanismo contemporâneo por meio de uma lente focada em projetos de sucesso implementados ou como política governamental ou por entidades privadas, ou aqueles caracterizados como empresas mistas. Estas reflexões constituem uma contribuição importante para os estudos do urbanismo brasileiro na contemporaneidade.

Os resultados positivos observados em vários exemplos, no entanto, não sobrepõem a realidade do dia a dia do urbanismo brasileiro e tampouco como também não o faz com o otimismo demonstrado pelos organizadores frente à perspectiva global do urbanismo moderno brasileiro. Esses destacam os avanços obtidos no urbanismo brasileiro visando a inclusão social e cidadania frutos da legislação urbana em curso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como o Estatuto da Cidade, contido na Lei Federal nº 10257, de 2001 que regulam o controle do uso e ocupação do solo. Se por um lado, destacam esses aparatos legais que proporcionam aos municípios ferramentas

fundamentais para a construção de cidades melhores e mais justas, por outro lado não comentam as consequências da sua gestão na maioria das cidades brasileiras. A grande maioria dos 5 000 municípios que abrigam cerca de 80 por cento da população brasileira estão sob um caótico processo de urbanização e que, a partir da Constituição de 1988, tornam-se responsáveis pela implementação das políticas de planejamento urbano. A maioria delas, porém não possui sequer um profissional qualificado nos seus quadros administrativos para exercer a gestão urbana. Isto leva à adoção de políticas de planejamento inadequadas, o que tem resultado no controle de expansão ineficaz e na proliferação de assentamentos de risco. Soluções resultantes de planejamento imediatista para resolver demandas políticas trazem consequências para a população em geral, bem como impactos para o meio ambiente, o que leva

a outro cenário, além das bens sucedidas experiências do urbanismo brasileiro.

Referências

- Dear, M. (2000) *The postmodern urban condition* (Blackwell, Oxford).
- Delson, R. M. (1997) *Novas vilas para o Brasil Colônia – planejamento espacial e social no século XVIII* (Alva Cordis - Integrado de Ordenamento Territorial, Brasília).
- Rossi, A. (1966) *L'architettura della città* (Marsilio, Padova).

Stael de Alvarenga Pereira Costa, Escola de Arquitetura, Departamento de Urbanismo, Rua Paraíba 697, Belo Horizonte, Brasil, E-mail: spcosta@arq.ufmg.br

3º Seminário ‘Território e Cidades do Norte Atlântico Ibérico’

A Escola Superior Gallaecia (ESG) e a Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC) organizaram o 3.º Seminário ‘Território e Cidades do Norte Atlântico Ibérico’ que decorreu na Sala Couto Viana da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, nos dias 25 e 26 de Setembro de 2014.

Dando continuidade ao enquadramento geral das duas edições anteriores, o evento deste ano aprofundou a noção que a viabilidade e reabilitação dos territórios dependem do seu potencial de gerar valor e emprego, através da capacidade de atrair e fixar atividades económicas e habitantes.

Considerou-se relevante compreender o território enquanto estrutura física de implantação e suporte de atividades, mas também como espaço de estabelecimento de relações de caráter objetivo e subjetivo, podendo a sua abrangência contemplar tanto a escala local, como a global.

Reconheceu-se que o conhecimento e compreensão dos territórios, das suas características específicas, que os diferenciam entre si, é condição necessária para que possam ser adotadas medidas e políticas adequadas que conduzam à integração dos mesmos em cadeias de valor que promovam o respetivo potencial. Reafirmou-se a relevância do conhecimento multidisciplinar e de informação multiescalar, enquanto recursos de significativo valor estratégico.

Apresentaram-se e debateram-se métodos

de planeamento, reabilitação e gestão que perspetivam proporcionar abordagens integradas e ajustadas aos territórios, permitindo o desenvolvimento de análises plurais e a produção de elementos de apoio à tomada de decisão por parte de agentes envolvidos.

Equacionou-se a reabilitação de territórios, a economia urbana, as atividades económicas e os usos do solo enquanto constituintes basilares de processos sistémicos de desenvolvimento e transformadores das paisagens, das formas urbanas e de estruturas sociofísicas. Para isto foi determinante o contributo de académicos, profissionais de planeamento, gestores de empresas e de infraestruturas.

No primeiro dia do Seminário decorreu a sessão temática sobre perspetivas estratégicas para a região (Figura 1), moderada por Francisco José Fumega (ESG), na qual estiveram presentes Álvaro Carvalho (CCDR-N), Vânia Rosa (Augusto Mateus & Associados), Manuel Correia Fernandes (CMP), Rio Fernandes (FLUP) e José Maria Costa (CMVC/CIM Alto Minho).

No dia seguinte aconteceram as restantes ‘mesas’. A segunda sessão temática, com moderação de Isabel Rodrigues (CMVC), incidiu sobre tipos, processos e gestão física de territórios e contou com comunicações de Jorge Carvalho (UA), Frederico Moura e Sá (UA), Carina Pais (UA), Henrique Seoane Prado (UDC) e David Leite Viana (ESG). A terceira sessão temática, moderada por Mónica Alcindor (ESG),